





## NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

### INFORMAÇÕES GERAIS:

<b>Nome da Entidade:</b> Sertania Câmara Municipal de Vereadores
<b>CNPJ:</b> 11.463.247/0001-60
<b>Natureza Jurídica da Entidade:</b> 106-6 - Órgão Público do Poder Legislativo Municipal
<b>Principais Atividades da Entidade:</b> 84-11-6-00 - Administração Pública em Geral
<b>Domicílio da Entidade:</b> Praça Joao Vale, SN, Sertania -PE
<b>Natureza das Operações e Principais Atividades da Entidade:</b> A Câmara Municipal de Sertania possui natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil com o código 106-6 “Órgão Público do Poder Legislativo”, sendo sua atividade classificada como: “Administração Pública em Geral”. Sua fonte financeira deriva dos repasses definidos Art. 29-A da Constituição Federal 1988. O texto ao artigo em questão trata dos percentuais legais a serem repassados e outras informações: Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com Inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no §5º do Art. 153 e nos Arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000).I-7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 58 de 2009) (Produção de Efeito).
<b>Dados do Presidente:</b> Antonio henrique Ferreira dos Santos Início da Gestão: 01/01/2023 .
<b>Dados do Contador:</b> Nome: Inalda Maria Santiago da Silva CRC: PB 006176-0/OT PE. E-mail: inaldasantiago1@outlook.com
<b>Declaração de Conformidade com a Legislação e com as normas de Contabilidade Aplicáveis:</b> A entidade pública do Poder Legislativo Municipal declara que as Demonstrações Contábeis da Câmara Municipal de Sertania compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, apresentam adequadamente a posição: patrimonial e financeira e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro dos padrões estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, sendo observadas as limitações decorrentes do processo de adesão as NBCASP e as circunstâncias narradas nas notas explicativas.
<b>Endereço eletrônico do Portal da Transparência:</b> <a href="http://www.camaradesertania.pe.gov.br">www.camaradesertania.pe.gov.br</a>

### RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

<b>Atendimento a Legislação e as Normas de Contabilidade Aplicáveis:</b> Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 9 edição, que regulamenta a contabilidade pública brasileira. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP 16.6, que trata das demonstrações contábeis das entidades. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publicados pelo International Federation of Accountants - IFAC através das Internancional Public Sector Accounting Standards – IPSAS, que visam promover a convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.
<b>Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao setor Público (Parte V do MCASP 9ª Edição e NBCT 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE:</b> Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE, apresentando as Variações Patrimoniais Aumentativas - VPAS: Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria; Contribuições; Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos; Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, Transferências e Delegações Recebidas, Valores e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos; Outras Variações Patrimoniais Aumentativas. Quanto as Variações Patrimoniais Diminutivas - VPDS o demonstrativo evidencia: Pessoal e Encargos; Benefícios Previdenciários e Assistenciais; Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo; Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras; Transferências e Delegações Concedidas; Desvalorização e Perdas de Ativos e



Incorporação de Passivos; Tributárias; Outras Variações Patrimoniais Diminutivas. O demonstrativo apresenta o resultado econômico do exercício, além de apresentar em coluna separada os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

**Bases de Mensurações Utilizadas:**

No Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Portaria nº 548 de 24 de setembro de 2015, ficou estabelecida a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura), a partir de 01/01/2021 no caso dos municípios com menos de 50 mil habitantes.

**Novas normas e políticas contábeis Alteradas:**

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas nos Demonstrativos de Variações Patrimoniais.

**Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:**

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto as Demonstrativos de Variações Patrimoniais.

**INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS  
APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:**

**Modelo de Elaboração do Demonstrativo das Variações Patrimoniais-DVP:**

O modelo utilizado para elaboração do demonstrativo seguiu a metodologia da IPC – Instruções de Procedimentos Contábeis 05.

**Nota 1 - Redução ao valor recuperável do Ativo Imobilizado:**

Não houve registro de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado. É relevante informar que em consonância com o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Portaria nº 548 de 24 de setembro de 2015, ficou estabelecida a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura), a partir de 01/01/2020 no caso dos municípios com mais de 50 mil habitantes.

**Nota 2 - Baixas de Investimento:**

Não houve registro de baixas de investimentos.

**Nota 3 - Variações Patrimoniais Qualitativas decorrentes de Incorporação de Ativos, Desincorporação de Passivos, Incorporação de Passivos e Desincorporação de Ativos:**

Houve incorporação de ativos imobilizados na ordem de R\$ 3.241,33, referente aquisição de bens móveis.  
Desincorporação de passivos, incorporação de passivos e desincorporação de ativos.

**Variações Patrimoniais Aumentativas:**

As variações patrimoniais aumentativas do exercício de 2023 totalizaram 4.359.422,79:  
- Variações Patrimoniais Aumentativas (rendimentos de aplicação financeira) R\$ 59.095,23  
- Transferencias Intergovernamentais (Repasse de Duodécimo) R\$ 4.175.137,56  
- Desincorporação de Passivo (anulação de restos a pagar processados, inscritos em duplicidade) R\$ 125.190,00.

**Variações Patrimoniais Diminutivas:**

As variações patrimoniais diminutivas do exercício de 2023 totalizaram R\$ 3.288.486,30:  
- Pessoal e encargos R\$ 2.324.604,58  
- Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo R\$ 793.555,99  
- Transferencias Delegadas que são devolução de duodécimo ao Executivo R\$ 166.725,73  
- Tributárias (repasse a UVP) R\$ 3.600,00

**Resultado Patrimonial do Exercício:**

O resultado patrimonial do exercício de 2023 foi de R\$ 1.070.936,49 (Superavit).

**Origem e Destino dos Recursos Provenientes da Alienação de Ativos (Art. 50, inciso VI da LRF):**

Não houve alienação de bens durante o exercício de 2023.

**OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:**



Documento Assinado Digitalmente por: INALDA MARIA SANTIAGO DA SILVA, ANTONIO HENRIQUE FERREIRA DOS SANTOS  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 285365d9-72fd-471e-84f9-2db2c5f8b87e

<b>Passivos Contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:</b>
---

Não se aplica a este demonstrativo.
-------------------------------------

<b>Divulgações não Financeiras:</b>
-------------------------------------

Não se aplica a este demonstrativo.
-------------------------------------



**Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:**

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

**Ajustes decorrentes da omissão e erros de registro:**

Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo.